

# COMO A INSERÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AUXILIA PARA A ENTRADA E PERMANÊNCIA DE ALUNOS DE ZONA RURAL NAS ESCOLAS TIDAS COMO DISTANTES - ANÁLISE REALIZADA POR MEIO DE ENTREVISTAS COM PESSOAS DE ANTES E DEPOIS DA IMPLEMENTAÇÃO DESTAS

Aryadyna Thallya Cordeiro Lourenço de Macêdo (1)

Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE. E-mail: aryadynathallya2018@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo possui como objetivo central, mostrar a importância de Políticas Públicas voltadas para o êxodo Rural, (neste caso as políticas tratadas serão as de transporte por meio dos programas como o PNATE e Caminho da escola), de forma a auxiliar na entrada do educando no âmbito escolar e diminuir a evasão destes na escola. O deslocamento de estudantes de zona Rural até os centros urbanos ou até mesmo para escolas do campo não foi sempre custeado pelos estados e municípios (ou seja, por meio do capital produzido pelos trabalhadores), desta forma este artigo traz por meio de entrevistas e referenciais teóricos, uma análise de como este quadro se modificou proporcionando que alunos de centros Rurais conseguissem concluir seus estudos. Para que este fique de modo a se compreender em sua totalidade, me pautei no percurso histórico das lutas do campo para que se conseguissem as atuais Políticas vigentes. Deste modo, esta pesquisa baseia-se também na fundamentação de alguns conceitos essenciais para o entendimento das lutas do campo e para a efetivação e vigência de tais políticas.

**Palavras-chave:** Políticas públicas, Escola, Âmbito Rural, Educação do Campo.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação do campo seria uma educação voltada para os fazeres do campo, e para as lutas que os indivíduos deste meio desempenham para que os direitos sejam cumpridos e políticas sejam formuladas com vista num engajamento neste caso, destes no âmbito educacional. Deste modo a educação do campo surge dos interesses, ou seja, das necessidades das comunidades do campo, visando à busca por Políticas que desempenhem o papel de subsidiar para formação escolar dos que ali se encontram.

Educação do campo e Educação rural difere-se entre si, a Educação do campo trata-se da luta e da busca pelos direitos dos sujeitos do campo e visa um ensino voltado à forma a qual se dá sua realidade, sendo estas, a do trabalho a qual se encontra, a cultura a qual está imerso ou até as questões econômicas a qual estão engajados. Já a Educação rural seria a educação do centro urbano levado para o âmbito rural tal qual se caracteriza na cidade sem mudar a forma a qual se dá o ensino ou contextualizá-la com a forma do trabalho que se tem no campo ou com a cultura a qual estes estão imersos.

Com a implantação do termo Educação do Campo é aberta oportunidades aos moradores da zona rural a participarem da construção de projetos e de políticas públicas

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

educacionais que viabilizem e proporcionem a inserção destes indivíduos em âmbito educacional, sendo assim excluindo a ideia errônea que antes se tinha da educação rural a qual caracteriza os indivíduos deste campo como ignorantes, sem cultura, tendo o seu local de moradia como local de atraso, negando o trabalho por eles produzido.

De acordo com o autor João Batista F. Neto Gomes “Na zona Rural nem sempre é garantida a existência das escolas. Um pré-requisito para que uma criança atenda à escola é que esta se situe dentro de uma distância razoável de sua moradia.” (GOMES, p. 79), deste modo às políticas a quais estarão centradas este artigo seriam as voltadas ao transporte escolar, estas que por muito vem auxiliando a locomoção do aluno que se encontra longe da escola, permitindo a este a continuação de seus estudos e evitando a evasão por falta de opções de como chegaria até a escola.

Políticas Públicas e Políticas Educacionais são todas as ações desempenhadas pelo governo e que agem de modo direto ou indiretamente (quando o montante é dado aos municípios para que repassem o dinheiro para o pagamento ou contrato de determinada ação), para que as ações que o governo deseje desempenhar com vistas em alguma mudança ou desenvolvimento tanto econômico quanto se tratando de educação como é o caso, possa ser executado, influenciando e promovendo um desenvolvimento em determinada área que este governo deseje modificar.

Com vistas na ampliação do desenvolvimento escolar de alunos de Zona Rural, além da resolução por parte é claro, da evasão escolar destes, foi criado os Programas “Caminho da Escola<sup>1</sup>” (2007) e “PNATE<sup>2</sup>” (2004), estes programas são advindos do reconhecimento do sujeito da zona rural quanto a seus direitos, das lutas dos indivíduos do campo e da sua resiliência quanto à superação de diversos problemas que surgiram para que estes não fossem seres reflexivos, mas seres mecanizados.

Sendo assim o presente artigo visa apresentar a importância da implementação de políticas públicas voltadas ao meio rural, tendo em vista os objetivos específicos de: a) conhecer algumas políticas voltadas ao transporte às crianças de zona rural; b) identificar o quanto positiva essas políticas foram por possibilitar o acesso à escola; c) visualizar por meio de entrevistas os avanços permitidos por estas políticas implementadas. Este tema torna-se relevante por permitir uma reflexão acerca dos programas educacionais que possibilitem a não evasão e inserção dos indivíduos em meio educacional.

---

<sup>1</sup> Concede veículos para a inserção de alunos principalmente do campo nas escolas.(PORTAL DO FNDE, <http://www.fnde.gov.br/>)

<sup>2</sup> Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, responsável pela manutenção dos veículos.(PORTAL DO FNDE, <http://www.fnde.gov.br/>)

## 2 METODOLOGIA

A pesquisa realizada foi de cunho qualitativo que visa segundo André (1995), adentrar ou aprofundar os conhecimentos sobre determinada realidade. Sendo assim, e para que esta fosse realizada foi utilizado como instrumento de coleta de dados uma pesquisa bibliográfica sobre o tema proposto, observação, além de entrevistas com 5 mães e 5 filhos do meio rural, todos moradores do sítio Caldeirão de Baixo, situado na cidade de Cachoeirinha-PE.

Dentre os 5 pares entrevistados, foi selecionado apenas 1. Uma mãe e um filho da cidade supracitada, para que se prosseguisse com a pesquisa, de modo que foi utilizado apenas estes dois indivíduos, focando então a observação e as perguntas realizadas para o par escolhido.

Nas falas da entrevista que será mostrada mais a frente, feita com a “**Entrevistada 1**”(Mãe do entrevistado 2) pode-se ver quão difícil se tornara naquela época o ato de estudar, em seguida a fala de seu filho o “**Entrevistado 2**”(Filho entrevistada 1) 34 anos após a mesma ter deixado os estudos já com a existência dos programas supracitados.

Deste modo, focamos no avanço e na importância de tais programas para o engajamento destes sujeitos no meio educacional, proporcionando assim, uma nova perspectiva de vida aos que ali se encontram.

## 3 CONTEXTO HISTÓRICO: Papel das Lutas do Campo para conquista de Políticas Públicas Educacionais.

Começo, pois, com um breve percurso histórico utilizando de referenciais teóricos para dar embasamento, para que se entenda como as Políticas Públicas voltadas ao âmbito rural foram criadas e a percepção das pessoas do Campo quanto à necessidade destas.

Desta forma a autora Mônica Castagna Molina (2012, p. 587) salienta que:

(...) com a ampliação das lutas pela garantia do direito à educação para todos os povos do campo, organizadas e desencadeadas coletivamente a partir da I Conferência Nacional de Educação Básica do Campo, em 1998. O tema das políticas públicas adquire ainda maior centralidade na história da Educação do Campo a partir da II Conferência Nacional de Educação Básica do Campo, realizada em 2004, quando se consolida, como sua palavra de ordem, a expressão “Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado”.

Deste modo, torna-se visível a percepção quanto aos moradores do campo de Políticas que abranjam as suas necessidades, de modo que tragam favorecimento a estes. A partir do momento que o indivíduo do campo percebe a sua necessidade tanto em se tratando da

educação, quanto das Políticas Públicas que viabilizem esta educação, começam uma luta por aquilo que almejam, como a autora mesmo salienta, esta busca pelo o direito a educação se inicia por intermédio da I Conferência Nacional de Educação Básica do campo<sup>3</sup> em 1998, tendo após isso maior centralidade a partir da II Conferência Nacional de Educação Básica do campo em 2004, deste modo, e perceptível o anseio de mudança, uma luta por direitos, uma busca por Políticas e principalmente o cumprimento daquilo que é dever do estado ou seja , o direito de educação à todos.

Mas quais seriam estes direitos? Ou o que seriam estes direitos aos quais as pessoas do meio rural estariam buscando? A autora Mariana Chauí nos diz que: “Um direito difere de uma necessidade ou carência e de um interesse. Uma necessidade ou carência é algo particular e específico, existem tantas carências quantos grupos sociais” (2003 p. 334 apud MOLINA, 2012 p. 558). Ou seja, com vistas à percepção desta hegemonia de carências ou como a autora mesmo diz de direitos, torna-se necessária à implementação de Políticas que visem o contexto social que aquela se emprega, de modo que consiga suprir e atender aquele grupo, sendo assim, havendo a formulação de Políticas Públicas a qual visem de fato o contexto do campo sendo aqui neste artigo o contexto rural a qual os indivíduos se inserem, para que consigam ampliar o acesso e a garantia e entrada e permanência no âmbito escolar.

Para que se entenda a necessidade da instauração dos Direito humanos especificamente direcionados para a educação do campo, faz necessária a fala mais uma vez da autora Mônica Castagna Molina e Celi Zulke Tafarel:

Exatamente com base na ideia da historicidade dos direitos humanos, dos processos de luta para sua instituição e das possibilidades de sua reversão e desconstrução, é que se faz necessária a luta por políticas públicas no âmbito da Educação do Campo neste momento histórico (2012 p. 589).

Sua fala vem de modo a nos fazer perceber a necessidade de lutas que busquem fazer com que estes direitos de fato valham, já que estes como ela mesma já vem dizendo, podem se modificar havendo a possibilidade de reversão e desconstrução. A partir do conhecimento deste processo de desconstrução de um Direito ao qual demoramos muito tempo para que conquistássemos, há de fato uma urgência para que haja lutas por instauração de Políticas Públicas que venham reafirmar os direitos que foram constituídos como nosso, abrindo espaço para a criação de parâmetros que embasem a necessidade destes perante a realidade vigente de cada povo e cultura.

---

3 Reafirmam as lutas sociais por um campo visto como espaço de vida e por políticas públicas específicas para sua população. (DECLARAÇÃO FINAL POR UMA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2004 p.286)

Deste modo e com a fala da autora supracitada fica claro que a perda de direitos que antes fora conquistado com tanta luta e suor tem se intensificado sobre maneira, a urgência por lutas de valorização e retomada destes e de Políticas que reafirmem estes direitos é algo primordial no momento histórico ao qual nos encontramos, a fala a seguir demonstra tal urgência:

A aceleração e a intensificação da perda dos direitos humanos, conquistados durante décadas de luta, é um processo que se tem verificado em vários países do mundo e que teve um modo peculiar de desenvolvimento na sociedade brasileira nas duas últimas décadas. (MOLINA; TAFAREL, 2012 p. 589)

Desta forma, estar ciente dos direitos que são nossos, e saber que podemos lutar para que os consigamos de volta é um aspecto primordial para retomá-los, “São as garantias reais de direitos negados aos trabalhadores rurais que a luta coletiva busca conquistar” (MOLINA; TAFAREL, 2012 p. 592), ou seja, há uma luta coletiva ocorrendo por uma busca destes direitos antes negados aos trabalhadores rurais, para que estes consigam o que lhes diz respeito. Um desses direitos e que se faz centro desta pesquisa é o direito a educação e a possibilidade de inserção dos sujeitos dos centros Rurais em âmbito educacional, por meio de Política que dê subsídio a estes.

Sendo assim, e a partir dos dados que aqui foram apresentados há uma necessidade de uma mudança perante a conjuntura política, de modo que venham a ser criadas e formuladas principalmente por agentes ativos do campo, já que estas tem em vista o auxílio na entrada a escola destes grupos sociais, ou seja, com a participação deles, Políticas a qual de fato promovam o desenvolvimento daquele centro, possibilitando a inserção e introdução destes indivíduos na educação.

A maior transformação refere-se ao caráter dos direitos por eles propugnados: direitos coletivos de grupos sociais excluídos historicamente da possibilidade de vivenciar os direitos já existentes, ao mesmo tempo em que se enfatiza a necessidade da criação e positivação de novos direitos (MOLINA; TAFAREL, 2012 p. 592).

Desta forma torna-se assim essencial um reconhecimento próprio dos moradores de zona rural, sendo estes, os indivíduos do campo quanto à forma de se verem iguais aos de zona urbana, possuidores de direitos para que assim consigam efetivar e conquistar Políticas Públicas voltadas as suas necessidades.

A luta dos movimentos sociais e sindicais do campo para conquistar os programas existentes fez avançar também a compreensão dos trabalhadores rurais sobre a importância do acesso ao conhecimento e, principalmente, contribui para que eles próprios se conscientizassem de que são titulares do direito a educação (MOLINA; TAFAREL, 2012 p. 594).

Foi por meio das lutas que houve e pelas conquistas das políticas hoje existentes que os moradores do âmbito rural começaram a entender e dar importância ao acesso ao conhecimento, deste modo, e como veremos mais a frente por meio de entrevistas realizadas, de fato só por meio das Políticas conquistadas hoje graças as lutas antes realizadas, que os pais que antes não conseguiram ingressar no âmbito educacional, hoje enxergam a importância e dão valor e apoio aos filhos na inserção educacional.

São as fortes desigualdades existentes no acesso à educação pública no campo, e em sua qualidade, que obrigam o Estado, no cumprimento de suas atribuições constitucionais, a conceber e a implantar políticas específicas que sejam capazes de minimizar os incontáveis prejuízos já sofridos pela população do campo, em virtude de sua histórica privação do direito à educação escolar (MOLINA; TAFAREL, 2012 p. 594).

É por meio das lutas do campo para que se concebam Políticas que minimizem o prejuízo educacional sofrido pelo campo que o estado desenvolve políticas que tem a função de apenas, como fora dito anteriormente, minimizar o prejuízo que já fora sofrido por estes. Deste modo o estado funciona de modo a ser obrigado pela Constituição Federal, a implantar políticas que sejam capazes de dar condições e garantam a igualdade de direito a todos os cidadãos. (MOLINA; TAFAREL, 2012 p. 594).

Sendo assim iniciaremos a discussão de modo a apresentar algumas Políticas criadas pelo estado como forma de minimizar estes prejuízos causados pelo descumprimento destes direitos aos indivíduos do campo, não que estas políticas sejam suficientes para dar conta da precariedade que se instaura nas escolas do âmbito rural, mas que por hora é o que se tem como base para a inserção no mundo do conhecimento, até que novas lutas se formem e mais direitos e políticas sejam formulados por estes que tanto lutam por melhorias e igualdades.

Partindo deste pressuposto dar-se início a apresentação das Políticas que aqui serão abordadas, usando como exemplos mais a frente, entrevistas feitas a uma mãe e um filho que residem no campo (sítio Caldeirão de Baixo na cidade de Cachoeirinha-PE), onde podemos ver a influência que o transporte teve para que o filho **Entrevistado 2**, concluísse a escolaridade, enquanto que sua mãe a **Entrevistada 1**, não pode concluir e julga como fator principal a falta de locomoção para que estivesse em âmbito escolar.

#### **4 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O TRANSPORTE DO CAMPO**

##### **O que seria o “Caminho da Escola”?**

Uma das Políticas Públicas que auxiliam os moradores do campo na chegada até o centro Urbano ou até em escolas do campo que se situam longe de suas respectivas casas,

seria o Programa “Caminho da Escola”, esta Política foi criada em 2007, e surgiu com o objetivo de diminuir a evasão escolar de pessoas que residem no campo, auxilia na segurança além de garantir qualidade no transporte destas que venham a ser beneficiadas por esta política (PORTAL DO FNDE).

Os carros oferecidos para que haja este transporte é cedido pelo Governo Federal por meio do FNDE<sup>4</sup>, este por sua vez vai oferecer transportes que viabilizem condições adequadas para determinadas situações como, por exemplo, as estradas de terra que são casos comuns no campo ou até o deslocamento de algum aluno que possua alguma necessidade, sendo assim pode-se considerar que esta é responsável pela disponibilidade de carros para que este transporte venha ocorrer de modo seguro e que dê oportunidade de conclusão da vida acadêmica aos moradores destas localidades (PORTAL DO FNDE- Caminho da Escola).

O Primeiro veículo que foi oferecido para dar início ao programa foi o ônibus escolar Rural, que foi feito de modo a atender as condições do ambiente como foi dito anteriormente, este passou a ser modificado à medida que novas situações pediam novas mudanças, outros meios de transporte também foram desenvolvidos como lanchas no ano de 2009, e bicicletas em 2010 de modo a proporcionar outras alternativas de transporte aos alunos, viabilizando também hábitos mais saudáveis por meio de atividade física, dando total subsídio a estes estudantes (PORTAL DO FNDE – Caminho da Escola).

### **O que seria PNATE?**

O PNATE, Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar criado em 2004, consiste em subsidiar e financiar os custos que o transporte escolar oferecido pelo “Caminho da Escola” necessita, desta forma este será responsável por custear despesas com reformas necessárias no veículo, bem como o pagamento de imposto, taxas, manutenção de pneus, serviços de mecânico entre outros, além de pagar terceiros e contratados para que desempenhem função relacionada ao transporte (PORTAL DO FNDE- PNATE).

Este objetiva também a permanência dos alunos em âmbito escolar, sendo responsável por financiar e repassar a quantia necessária para os Estados, Distritos e subsequentemente aos Municípios, este consiste na transferência automática do recurso financeiro (PORTAL DO FNDE- PNATE).

## **5 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES**

<sup>4</sup> Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, presta assistência financeira e técnica para melhorar a educação, este é responsável pela execução (financeiramente falando) das Políticas Públicas, já que os recursos ficam detidos no FNDE, e este distribui de modo a consultar índices para que saiba o que esta sendo necessário implementar em determinado município ou estado.(PORTAL DO FNDE, <http://www.fnde.gov.br/>)

Deste modo foram realizadas as entrevistas e selecionadas como dito anteriormente apenas 1 par de entrevistados, sendo assim 1 mãe e seu respectivo filho, para que pudéssemos observar e discrepância em se tratando de oportunidade de imersão no meio educacional. Iniciando, pois, pela entrevista da mãe do entrevistado dois.

### **ENTREVISTADA 1 (Mãe do entrevistado 2)**

*Entrevistadora: Até que série a senhora estudou?*

*ENTREVISTADA 1: Até a 4º série, parei de estudar aos 12 anos eu acho, ai passemos a estudar na cidade ai repeti, por que a gente trabalhava na roça e não tinha transporte, ai tinha que acordar muito mais cedo que meus pais, pra cuidar nos serviços pra correr pra cidade pra estudar.*

Por meio desta fala fica fácil identificar uma das principais implicações para que os sujeitos de zona rural não consigam desempenhar seu papel de estudante. Antes e ainda nos dias atuais os filhos eram quem ajudava os pais nos afazeres do campo, porém hoje como visto na fala de Molina e Tafarel, “(...) os programas existentes fez avançar também a compreensão dos trabalhadores rurais sobre a importância do acesso ao conhecimento e, principalmente, contribui para que eles próprios se conscientizassem de que são titulares do direito a educação.” (2012 p. 594), desta forma e como vai ser visto mais a frente esta apesar de ter sido negada ao direito da educação permitiu que seu filho deixasse de lado os afazeres do campo para que se introduzisse em âmbito educacional, pois esta já estava ciente da importância da educação para a formação do indivíduo.

*Entrevistadora: Você atribui mais a não conclusão de seus estudos ao trabalho da roça ou ao transporte?*

*ENTREVISTADA 1: Acho que pelos dois, mais veja como acordava muito cedo pra adiantar os serviços, e ainda chegava na rua atrasada pras aulas, mais chegava, acho que se tivesse transporte nem que fosse uma “bicicleta” que nem os meninos tem hoje eu tinha conseguido terminar, chegou dia de a gente perder tantas aulas que a gente ia pra casa de uma colega pra copiar os dever, menina isso era na base do candieiro tinha hora que ele ia se apagando ai não dava, mais do que adiantava se o professor não tava ali pra explicar tudo de novo.*

Sérgio Haddad diz que “A situação revela um quadro de desafios para a educação pública no que se refere à universalização do acesso ao ensino de qualidade” (2012, p.221), deste modo e puxando o que disse a entrevistada, mostra-se claro que este não depende apenas de políticas públicas que venham a ser instauradas, mas do apoio e do auxílio dos

professores que estiverem engajados neste contexto, da compreensão destes, e na formação adequada que atenda as necessidades e promova o ensino voltado a sua realidade.

A fala vista acima pode trazer um exemplo claro de quando estas Políticas ou Programas ainda não existiam, a assistência segundo o relato desta senhora era inexistente, e o incentivo também por parte dos pais era pouquíssimo às vezes quase nenhum, pois os mesmo tiveram sua educação negada outrora, a LDB traz em seu decorrer, leis e artigos voltados para a Educação como:

Segundo a LDB: “atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material-didático, transporte, alimentação e assistência à saúde;” (BRASIL, LDB, 2005, p.8 artigo VIII).

Considerando as atuais Políticas Públicas, pode se dizer com base em Sérgio Haddad que:

As políticas educacionais permanecem absolutamente insuficientes para reverter às consequências perversas das condições de desigualdades em que vive a população brasileira, dada a baixa qualidade da educação e a distribuição desigual dos insumos educacionais previsto nas políticas públicas (2012 p. 219).

Sendo assim, e considerando as duas ultimas citações, pode se dizer que perante lei é um direito de todo cidadão que tenham subsídios voltados ao campo educacional de forma a promover e incentivar sua permanência na escola, como pôde ser visto no exemplo a cima, e segundo as palavras da entrevistada: *“acho que se tivesse transporte, nem que fosse uma “bicicleta” que nem os meninos tem hoje eu tinha conseguido terminar”(...)*. Desta forma, e por intermédio desta fala, torna-se evidente a precarização de assistência aos alunos do campo num período não tão distante (cerca de 34 anos no caso citado), tornando-se essencial que o governo crie cada vez mais programas e Políticas Públicas que auxiliem estes a se desenvolver por meio da educação que lhes serão proporcionada, caso contrário será presenciado não muito distante do tempo atual, um aumento (como prever Haddad na citação acima) da baixa qualidade de ensino graças a insuficiência de Políticas que assistam a todos.

Após a entrevista realizada com a entrevistada 1 o, houve a mesma entrevista com seu filho o entrevistado 2, o, desta vez pode ser possível observar que a implantação de Programas de transporte escolar que fez parte da vida dele auxiliou sobre maneira para que conseguisse concluir seu Ensino Médio:

## **ENTREVISTADO 2: (Filho da entrevista 1)**

*Entrevistadora: Até que série a você estudou?*

**ENTREVISTADO 2:** *Comecei a estudar aos 4 anos, graças a Deus conclui o Ensino Médio, acabei repetindo a 5 série, por que minha mãe adoeceu e tive que tomar conta do gado e das plantações, mas depois voltei e recuperei o tempo que tava parado, quer dizer parado não trabalhando.*

**Entrevistadora:** *Você acha que mudou do tempo que sua mãe estudava até os dias de hoje?*

**ENTREVISTADO 2:** *Sim, por exemplo, é (...) no meu caso quando estudava alfabetização até a 4º série, nos primeiros anos meus pais como a escola não era muito perto de casa tinham a obrigação de ir levar e de buscar, mas depois que fui crescendo conseguia ir só, ou de bicicleta, depois que passei estudar na rua as coisas melhoraram por que andava pouco pra pegar o carro, dava tempo cuidar nos serviços de casa e ainda assim assistir as aulas, o carro deixava na porta da escola, e trazia aqui depois.*

Segundo Sérgio Haddad: “A educação pode ocorrer no âmbito familiar, na comunidade, no trabalho, junto com amigos, nas igrejas etc. Os processos educativos permeiam a vida das pessoas” (HADDAD, 2012 p.217). Deste modo sabemos que no processo em que há interação social há desenvolvimento de aprendizagem, porém é perceptível a diferença entre o vocabulário do 2º entrevista e da 1º sabendo que o segundo passou pelo processo de escolarização e sua mãe não pode passar por este, mas mostra-se aí uma das questões a qual se torna importante a inserção em âmbito escolar, não que a maneira de falar da entrevista 1 estivesse errada mais seu vocabulário poderia se expandir se a mesma tivesse tido contato com o processo de aprendizagem em âmbito escolar.

**Entrevistadora:** *Você atribui essa conclusão de seus estudos a que?*

**ENTREVISTADO 2:** *Primeiro a Deus, e depois acho que foi por causa do transporte, por que olhe, ele melhorou bastante desde que eu estudei no campo, o transporte hoje devido a escola que tão construindo lá perto de casa, ele pega o aluno em certo ponto, ai sai pegando os alunos tudinho e leva na escola que esta havendo aula, e quando termina o período de aula vão entregar eles cada um perto de sua casa, já mudou com relação ao meu tempo que eu ainda andava pra ir esperar ele, então acho que vai continuar mudando, claro que não ta perfeito, por que o governo falha em alguns pontos principalmente na educação do campo, por que nós somos meio que invisíveis pro resto das pessoas.*

Por intermédio desta fala já foi possível constatar uma mudança na forma como o deslocamento de alunos do campo se dá até os centros urbanos ou em escolas consideradas distantes das casas dos alunos mais que se encontram no campo, melhorando consideravelmente na aprendizagem e incentivando o aluno a estar em âmbito educacional, apesar de que como o entrevistado mesmo salienta “o governo falha em alguns pontos

*principalmente na educação*”, é sabível que o governo falha e é mais sabível ainda que se tratando da educação do campo há um longo percurso a se trilhar, de modo que tenha de fato como princípio o desenvolvimento destes.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Desta forma apesar de ser visto um caso onde os programas oferecidos pelas Políticas Públicas auxiliaram na conclusão dos estudos de um jovem, sabemos que assim como o entrevistado 2 citou, “o governo falha” e não é sempre que coisas boas aconteceram, não se deve ter o pensamento utópico de que só por que o programa esta lá este venha funcionar de tal maneira que abranja todos os moradores do campo, pois é sabível que não funciona desta forma:

E assim como Sérgio Haddad salienta “A ausência de políticas efetivas e específicas para o campo colabora na perpetuação dos níveis desiguais de quantidade e qualidades de instituições escolares” (2012, p. 219).

Ou seja, devem ser criadas cada vez mais Políticas Públicas que se voltem para a Educação dos jovens, adultos ou crianças do campo, onde promovam nestes o incentivo pela escolarização, pela luta de seus direitos, que auxiliem na chegada até a escola bem como em sua permanência, que dê subsídio a estes para que se formem, se desenvolvam e cresçam cada vez mais como cidadãos conhecedores de seus direitos e deveres.

Finalizo, pois propondo uma reflexão sobre os Direitos que são “nossos”: “Hoje, no Brasil, o reconhecimento normativo do direito humano à educação está consolidado. Contudo, a sua realização plena está longe de acontecer. Muito ainda há por ser feito.” (HADDAD, 2012 p.222), é de vital importância que entendamos que a conjuntura política a qual estamos imersos atualmente é corrupta e que para que avanços ocorram principalmente no campo da educação é necessário que nós lutemos, que ergamos a bandeira e que nos conscientizemos que somos agentes ativos do processo de desenvolvimento e que as mudanças só ocorrerão se fomos a luta.

Segundo Marx (2010, p.38 apud HADDAD, 2012, p. 577): Do ponto de vista político, Estado e organização da sociedade não são duas coisas distintas. O Estado é a organização da sociedade. Donde concluímos que, para mudar o Estado, é preciso alterar as leis que regem a sociedade. E estas leis não são naturais, mas sim, sócio-históricas, ou seja, produzidas pelos seres humanos, em especial a classe trabalhadora, a quem cabe a função de revolucionar a sociedade e o Estado.

Deste modo torna-se claro que nós somos responsáveis pela mudança, e somente aos trabalhadores e trabalhadoras cabe a função de revolucionar o estado, pois este funciona graças a uma classe considerada minoritária, mas que opera em função do mesmo.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papyrus, 1995.

BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação**: Programa caminho da escola, e Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar PNATE. 1969. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/> Acesso em: 25 de jul de 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases**, Brasília, 2005, p. 64 Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf> Acesso em 25 de Jul de 2017.

CALDART, ROSELI SALETE. (org); **Dicionário da Educação do Campo** In: Celi Zulke Tafarel ;Mônica Castagna Molina,Política Educacional e Educação do Campo - Rio de janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012 (p. 571-586).

CALDART, ROSELI SALETE. (org); **Dicionário da Educação do Campo** In: Mônica Castagna Molina,Políticas Públicas.- Rio de janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012 (p.587-595).

CALDART, ROSELI SALETE. (org); **Dicionário da Educação do Campo** In: Sérgio Haddad, Direito à Educação.- Rio de janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012 (p.217-224).

**Declaração Final por Uma Política Pública de Educação do Campo** in: II Conferência Nacional por Uma Educação do Campo – Luziânia- GO, 2004 (p.283-288)

GOMES, João Batista F. Neto **Educação Rural**: Lições de EDURURAL- São Paulo: Editora da cidade de São Paulo; Curitiba: Centro de Federação de Educação e Tecnologia do Paraná, 1994- Campi Vol. 11.

SOUZA, Maria Antônia, **Educação do campo**: propostas e práticas pedagógicas do MST/ Maria Antônia de Souza.- Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.